

# **AULA MISTA *VERSUS* AULA SEPARADA? UMA QUESTÃO DE GÊNERO RECORRENTE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

Priscila Gomes Dornelles

## **Resumo**

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla realizada em nível de mestrado com o objetivo de problematizar a separação de meninos e meninas na Educação Física escolar, na tentativa de compreender quais argumentos e justificativas são rearranjados, mobilizados e engendrados na sustentação dessa prática, especialmente aqueles ligados a corpo e gênero. Como recurso metodológico, questionários foram enviados para professores/as de educação física que lecionavam para os anos finais do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre com o objetivo de identificar docentes que separavam meninos e meninas nas suas aulas. A partir das respostas obtidas com os questionários, dez professores/as foram entrevistados/as. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. Para explorar esse material, a perspectiva adotada foi de análise foucaultiana de discurso, operando com conceitos como corpo, gênero, linguagem, cultura, discurso e poder. Nesse texto, nosso objetivo foi analisar de que forma a Educação Física construiu determinados entendimentos, concepções e saberes sobre a prática da separação de meninos e meninas na escola. Para tanto, fundamentados nos Estudos Feministas e de Gênero de orientação pós-estruturalista, procuramos dar visibilidade ao tema na legislação educacional, na bibliografia específica e no cotidiano escolar de um grupo de professores/as da referida rede municipal. Ao sinalizarmos a produção cotidiana da separação engendrada nesta disciplina escolar, além de visibilizarmos as diferentes formas de aparição desta experiência, provocamos o estranhamento de práticas que se incorporam e se constituem como naturalizadas na educação física escolar. Com isso, julgamos interessante instigar outras perguntas sobre como se dá a separação no espaço da educação física escolar atualmente.

Palavras-chave: educação física escolar, separação de meninos e meninas, gênero.

## **O QUE (NÃO) SE DIZ SOBRE SEPARAÇÃO NOS DOCUMENTOS LEGAIS**

A proposta de separação de meninos e meninas nas aulas de educação física na escola se configurou de diferentes formas desde a inserção e institucionalização das práticas corporais no âmbito escolar brasileiro. Em alguns momentos, essa prática esteve regulamentada através de leis e decretos que organizavam o funcionamento do ensino escolar nas instâncias federal, estadual e/ou municipal. Apenas para citar alguns exemplos dessa efetivação institucional, apresento o Decreto nº 69.450<sup>1</sup>, de 1 de novembro de 1971, que regulamenta a sistemática da área Educação Física na educação nacional a partir

<sup>1</sup>

Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=96354>.

daquele ano. Nele se encontra, com relação à composição das turmas, a orientação que estas tenham 50 alunos/as do mesmo sexo. Vale ressaltar que, de acordo com Eustáquia Sousa (1997), tal orientação norteou a ação da educação física escolar durante vinte e cinco anos, sendo substituída pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que em 1996 passou a regulamentar a educação no país. Já Maria do Carmo Saraiva (2005) cita o Decreto nº 13.000<sup>2</sup> da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina como orientação estadual para conformação de turmas separadas por sexo nas aulas de educação física naquela rede de ensino.

Atualmente, essa disciplina escolar segue as orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, citada anteriormente, entretanto, com alterações propostas a partir da Lei nº 10.173 de 1º de dezembro de 2003. Apesar das alterações, a LDB não estabelece critérios específicos sobre a organização dessa área de conhecimento nas escolas, inclusive com relação à adoção de turmas mistas ou separadas, mas orientações como:

A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)<sup>3</sup>; VI – que tenha prole (BRASIL, 1996, p.9-10).

Nesse mesmo documento, o Artigo nº 27 estabelece algumas diretrizes para os conteúdos curriculares da Educação Básica<sup>4</sup>, citando, no inciso IV, a “promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais” (p.10). Esta é apenas uma orientação geral que consta na LDB. Essa mesma lei determina, no Art. 9º, inciso IV, que cabe à união "estabelecer [...] competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos [...]” (BRASIL, 1996, p.4).

Além disso, existem hoje Diretrizes Curriculares Nacionais para as três etapas da educação básica. Essas Diretrizes Nacionais são complementadas pelos sistemas de ensino (federal, estadual ou municipal), e é nesse conjunto de diretrizes que aspectos mais estruturais em geral são/podem ser estabelecidos. Acrescente-se a isso que as Diretrizes Curriculares costumam ser documentos genéricos, ficando, na maioria dos casos, disposições mais precisas e pontuais, como a seleção de conteúdos e organização da carga horária, ao encargo das escolas e de suas mantenedoras através de seus regimentos, grades curriculares e propostas pedagógicas.

Os sistemas de ensino têm organizado essa área de conhecimento de acordo com suas propostas para a educação. Existem diferenças em relação aos conteúdos, à carga horária da disciplina na escola e à sua oferta nos diferentes níveis do ensino básico. Um exemplo dessas diferenças é o caso do município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, onde a Rede Municipal de Ensino (RME) trabalha com a proposta político-

---

<sup>2</sup> A autora não informa data do referido decreto estadual.

<sup>3</sup> A redação do inciso V referia-se ao aluno “de cursos de pós-graduação”. Lei nº 10.793, de 1/12/2003 disponível em [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/LEIS/2003/L10.793.htm#art26§3](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/2003/L10.793.htm#art26§3). A versão atual da LDB, já com alterações, encontra-se disponível em [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm).

<sup>4</sup> Correspondente ao Ensino Fundamental e Médio.

pedagógica dos Ciclos de Formação<sup>5</sup>, em que alunos e alunas dos primeiros anos do ensino fundamental têm a oferta deste “componente curricular obrigatório” (BRASIL, 1996, p.9) como disciplina especializada e ministrada por professores/as com formação na área, o que não ocorre da mesma forma no sistema estadual de ensino do referido estado.

Outro instrumento criado para orientar as discussões pedagógicas dos diferentes níveis e áreas da educação escolar no país é a coleção dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Nesse material, não há uma fala ou provocação à separação de meninos e meninas nas aulas de Educação física. De forma contrária, nos dois livros dos PCNs destinados a essa área – da 1ª à 4ª série (BRASIL, 1997) e da 5ª à 8ª série (BRASIL, 1998a) –, assim como no livro destinado aos Temas Transversais (BRASIL, 1998b), há, sim, indicações de que as aulas de educação física aconteçam de forma mista, buscando-se com esse recurso trabalhar questões de gênero e educar para o respeito às diferenças e para a desconstrução de preconceitos, como enfatiza o excerto abaixo:

[...] as aulas mistas de Educação Física podem dar oportunidades para que meninos e meninas convivam, observem-se, descubram-se e possam aprender a ser tolerantes, a não discriminar e a compreender as diferenças, de forma a não reproduzir, de forma estereotipada, relações sociais autoritárias (BRASIL, 1997, p.30 e 1998a, p.42).

Com base nessas orientações nacionais para a educação e para a educação física, como a LDB e os PCNs, percebemos que não há uma menção que possibilite e oriente a efetivação da separação de meninos e meninas nas aulas de educação física nas escolas, diferentemente de, como sinalizamos anteriormente, momentos nos quais legislações instituíam a obrigatoriedade desta prática no ambiente escolar. De forma contrária, entendemos, com a citação acima, que há, especificamente nos PCNs, uma fala reiterada que prioriza marcar vantagens das aulas mistas e do trato com as diferenças como questões necessárias e fundamentais nas aulas dessa disciplina na escola.

Mas, a ausência de falas, menções ou referências à separação de meninos e meninas nas aulas de educação física na escola não corresponde à inexistência dessa prática nas instituições educacionais brasileiras. Michel Foucault atribui aos discursos papel de constituição não só do que é dito, mas também do que não é dito. Segundo o autor, “não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos” (FOUCAULT, 1988, p.30). Nesse sentido, os silêncios também podem produzir práticas e decisões, tanto quanto as falas e instruções.

As discussões e produções acadêmicas sobre o tema da separação têm questionado e evidenciado essa prática no campo da Educação Física, assim como, têm marcado as formas de permanência da separação na escola. Nesse sentido, alguns/algumas autores/as, como Paula Gomes et alii (2000) e Maria Regina Costa e Rogério da Silva (2002), defendem que a equidade de oportunidades para meninos e meninas deve ser um aspecto prioritário nas aulas dessa disciplina, o que nem sempre é objetivado.

## **O QUE (NÃO) SE DIZ SOBRE SEPARAÇÃO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA**

---

<sup>5</sup> A proposta dos Ciclos na RME contempla o ensino fundamental de nove anos, divididos em três ciclos, os quais são determinados pelas fases de formação do aluno – infância (primeiro ciclo - A), pré-adolescência (segundo ciclo - B) e adolescência (terceiro ciclo - C). Em correspondência a essas fases, temos três ciclos, que se subdividem em anos-ciclos. Para cada ciclo há três anos-ciclos (por exemplo, A10, A20 e A30 são os três anos do primeiro ciclo), totalizando nove anos-ciclos.

A relação entre o tema da separação de meninos e meninas e a educação física escolar não é contemporânea. Ao analisarem a produção dos intelectuais/educadores que defendiam a prática de exercícios físicos pelas mulheres no início do século XX, Silvana Goellner e Alex Fraga (2004) sinalizam que a separação de meninos e meninas, nos momentos destinados aos exercícios físicos na escola, se dava em função de objetivos sociais diferenciados para esses sujeitos, para esses corpos, a partir de “proposições absolutamente naturalizadas e definitivas do que é ser homem e do que é ser mulher” (GOELLNER E FRAGA, 2004, p.165), conseqüentemente, determinando práticas corporais diferenciadas.

Com isso, percebe-se a entrada/incitação do tema da separação a partir da problematização/definição do que pode um corpo masculino/feminino no campo das práticas corporais na escola. Com isso, há uma produção teórica sobre exercícios físicos prescritos como mais adequados para meninas ou meninos<sup>6</sup> e a necessidade/obrigatoriedade da separação nesta disciplina que estava a se formar – a educação física escolar.

Estas produções sinalizam “rastros” de como o tema da separação de meninos e meninas passa a se articular com a discussão/entrada dos exercícios físicos na escola. Para pensarmos como a área tem delimitado/compreendido o tema da separação atualmente, selecionamos algumas produções recentes sobre esta temática.

Dentre os artigos, trabalhos acadêmicos, livros, teses e dissertações agrupados<sup>7</sup>, que de algum modo tratam do tema da separação de meninos e meninas na educação física escolar, primeiramente optamos por destacar algumas de suas características, as quais podem nos dar pistas dos caminhos teóricos traçados, das contribuições desses estudos e, com isso, estabelecer um rol de informações de como a Educação Física, como área do conhecimento, dedicou-se a conhecer e constituir o tema da separação.

A primeira pista refere-se a uma convergência no material encontrado. Isto é, dentre as produções selecionadas, parte dos autores e autoras (LOUZADA, 2006; ABREU, 1990; OLIVEIRA, 1996; PEREIRA, 2004) adotou o tema da separação como foco central nas suas discussões, diferentemente de outro grupo (ALTMANN, 1998; SARAIVA, 2005; DUARTE, 2003), que apresenta discussões mais pontuais sobre a temática, muitas vezes, provenientes dos seus “resultados empíricos”.

Nessa suposta escassez ou produção mais restrita sobre a separação, percebemos que há estudos que centram seu foco no binômio “aula mista *versus* aula separada” entre meninos e meninas na educação física escolar – e aqui já introduzimos a segunda pista. Em geral, as investigações, inclusive as mencionadas acima, que apresentam a separação como objeto principal a ser discutido, debatem sobre as aulas mistas para produzir entendimentos sobre a separação. Vale ressaltar que o reverso também é “verdadeiro”, ou seja, o mesmo jogo de oposição entre aulas mistas e separadas preenche, de forma contrária, as pesquisas que priorizam ou defendem as aulas mistas. Há, nos dois casos, uma relação construída de oposição, mas também de relação mútua, pois autores/as que têm como eixo central de seus estudos as aulas mistas ou em regime de co-educação debatem, problematizam e

---

<sup>6</sup> Nessa linha argumentativa, Fernando de Azevedo (1960) dedica um capítulo da sua obra para a “educação física da mulher”. Já Carlos Cunha Junior. (2001) fala em *Jogos Gymnásticos Privativos do Sexo Masculino* ao analisar uma sessão do manual de *gymnastica* publicado por Arthur Higgins em 1909 e 1934 e adotado nos planos de ensino do Colégio Pedro II – escola padrão do ensino secundário brasileiro naquele período.

<sup>7</sup> Néise Gaudêncio Abreu (1990), (1993) e (1995), Grace Kelly de Oliveira (1996), Helena Altmann (1998), Cátia Pereira Duarte (2003), Sissi Aparecida Pereira (2004), Maria do Carmo Saraiva (2005) e Mauro Louzada (2005) e (2006).

sinalizam as aulas separadas como referência para o que suas temáticas não devem ser ou não buscam propor.

Autoras como Maria do Carmo Saraiva (2005) e Paula Gomes (2000), na área da Educação Física, e Daniela Auad (2004), na Educação, fazem uma importante diferenciação das aulas mistas e das aulas em regime de co-educação. Essa ressalva justifica-se pela presença desses termos, que são comumente tratados como sinônimos na literatura. De acordo com as concepções levantadas por essas autoras, as aulas mistas envolveriam apenas questões de distribuição e organização de meninos e meninas de forma conjunta no espaço escolar, isto é, apenas a mistura de meninos e meninas. Já o ideal de co-educação objetiva problematizar as relações de gênero, objetivando uma compreensão da construção cultural das diferentes posições de poder ocupadas pelo feminino em relação ao masculino e vice-versa na nossa sociedade, assim como tenta reverter ou minimizar algum tipo de hierarquia entre esses pólos. Uma última ressalva na diferenciação dos termos é que a escola mista é essencial para o trabalho em regime de co-educação, pois é necessário o agrupamento de meninos e meninas; entretanto, nem todo trabalho misto segue um viés co-educativo.

A terceira pista é um desdobramento desse tipo de análise binária entre aulas separadas e mistas na educação física escolar. Nas pesquisas, observa-se uma série de classificações que seguem o tom de localizar os prós e os contras, as vantagens e as desvantagens de cada formato de aula. Algo como um exercício que situa esses formatos entre bons e maus, entre qualificados e desqualificados, apresentando (e construindo) evidências dos seus aspectos positivos e negativos. Nesse sentido, situamos algumas discussões que, mesmo nesse jogo de valores e de “certezas” – pois, ao fim e ao cabo, apresentam quais as melhores opções para o professorado, para os/as discentes, para a educação física e para a educação –, podem contribuir com elementos para a compreensão de como a separação vem sendo (re)apresentada na área da Educação Física.

Quanto ao quesito “vantagens da separação”, Mauro Louzada (2005) e Neíse Abreu (1995) apresentam a *maior homogeneidade das turmas* como um aspecto positivo, o que, conseqüentemente, aumenta as *possibilidades de um trabalho pedagógico voltado para o treinamento* – citado como outro argumento.

Numa pesquisa que aparentemente engloba a investigação citada anteriormente, Mauro Louzada (2006) trata das representações dos/as professores/as sobre a distribuição dos/as estudantes por sexo na educação física escolar e relata que, segundo o grupo de professores/as investigado, as justificativas das aulas separadas são: a diferença de habilidade entre meninos e meninas (localizando as meninas como inferiores aos meninos, segundo o autor); maior facilidade para trabalhar conteúdos marcados pelo confronto e pelo contato pessoal e que sejam próprios do universo feminino ou masculino.

Retomando um desses argumentos, segundo as produções de Mauro Louzada (2006), Cátia Pereira (2003) e Neíse Abreu (1995), uma justificativa para a separação que tem força no cenário da Educação Física, mesmo no âmbito escolar, é o propósito do *rendimento* nas aulas dessa disciplina. “A razão principal desta constatação é que há uniformidade de interesses, habilidades e valências físicas [na separação entre meninos e meninas]” (LOUZADA, 2006, p. 54-55). Com base nessa citação, é interessante problematizar o critério do sexo e multiplicar as possibilidades de divisão, visto que a repartição de uma turma em grupos de meninos e de meninas na tentativa de garantir uma presumível equivalência motora, emocional e de interesses quanto aos conteúdos da aula pode ser feita a partir de outros fatores. Se as vantagens da separação entre meninos e meninas localizam-se somente numa suposta homogeneidade física, então, por que não se separa por idade? Ou por força? Ou por habilidade?

É necessário pontuar que ao propormos tais questões não significa que estejamos de acordo com propostas pedagógicas para a educação física escolar sustentadas no conceito de homogeneidade, muito pelo contrário. Os alunos e alunas de uma mesma escola têm histórias de vida, condições sócio-econômicas, experiências motoras, acervo cultural e interesses distintos, portanto, há uma diversidade de modos de ser menino e menina que não pode ser reduzida às diferenças biológicas entre gêneros.

Nessa linha argumentativa, Helena Altmann analisa as relações de gênero entre meninos e meninas nas aulas de educação física, nos recreios e eventos, bem como em jogos e competições. Uma das conclusões desta autora foi que as formas de exclusão construídas nesses espaços escolares se davam na articulação entre “gênero, idade, força e habilidade [que] formavam um emaranhado de exclusões vivido em aulas e recreios” (ALTMANN, 1998, p.56). Há um jogo de hierarquias e classificações no espaço escolar que incluem as questões de gênero, mas que tornam mais complexa a análise na medida em que outras categorias ganham evidência.

Com relação às “desvantagens da separação”, a autora Neíse Abreu (1995), ao estudar a percepção de discentes e docentes sobre turmas mistas e separadas, cita como pontos negativos a *falta de integração* e o *aumento da rivalidade entre meninos e meninas*. Já Mauro Louzada (2006) e Cátia Duarte (2003) atribuem, como aspecto negativo da separação, as impossibilidades com relação às discussões, problematizações e questões de gênero nas aulas separadas entre meninos e meninas na educação física escolar. Isto é, de acordo com este autor, há “(...) menor incidência de questões de gênero. Num grupo de mesmo sexo não ocorre discriminação de gênero” (LOUZADA, 2005, p.19).

Discussões sobre gênero têm sido mais frequentes nas produções científicas da área (inclusive, elegendo como objeto o tema da separação), contando com um número considerável de estudos que tratam de discutir como a escola, e principalmente a educação física escolar, ensinam sobre masculinidades e feminilidades. Entretanto, apresentamos alguns “alertas” em relação aos entendimentos produzidos quando focamos o tema separação nos estudos de gênero.

Alguns estudos (ABREU, 1990; DUARTE, 2003; PEREIRA, 2004; SARAIVA, 2005) que relacionam o tema da separação com as discussões de gênero, o fazem centrando seus questionamentos na idéia da reprodução dos estereótipos de gênero ou papéis sexuais nas aulas de Educação Física. Entretanto, ao assumirmos o conceito de gênero de acordo com Joan Scott (1995), como “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (p.88), priorizamos compreender e investigar as diversas formas pelas quais o social é generificado.

Para dar conta de diferenciar esses caminhos teóricos apresentados – que se centram na análise dos papéis sexuais – e os modos como problematizamos os atravessamentos de gênero com relação ao tema da separação na Educação Física escolar, utilizamos as palavras de Dagmar Meyer (2003) para pensar como gênero atravessa e organiza a cultura:

Desta forma, deixa-se de focar, de forma isolada, aquilo que homens ou mulheres fazem ou podem fazer [...], mas considera-se a necessidade de examinar os diferentes modos pelos quais gênero opera estruturando o próprio social que torna estes papéis, funções e processos possíveis e necessários (MEYER, 2003, p.18).

Nesse sentido, para operar com o conceito de gênero referido pela autora, é necessário localizar a discussão sobre papéis sexuais, geralmente de caráter mais individual, no interior das relações de saber-poder (FOUCAULT, 1988) referentes às

feminilidades e masculinidades que produzem e ensinam sobre o que é ser homem e ser mulher.

Numa pesquisa realizada com professores/as de educação física da Rede Municipal de Porto Alegre que mantinham meninos e meninas separados em suas aulas, tivemos a oportunidade de discutir como o discurso biológico atravessa e constitui as justificativas apresentadas pelos/as professores/as sobre a necessidade de separação, fixando o corpo como construto biológico, como origem e explicação da divisão entre estudantes nesta disciplina escolar. Além disso, ao operarmos com gênero como ferramenta analítica, problematizamos como esse conceito é mobilizado e incorporado nas argumentações dos/as professores/as para separar meninos e meninas em diferentes momentos e de diversas formas nas suas aulas.

Nesse momento, priorizamos visibilizar e (re)apresentar as diferentes formas como, atualmente, se dá a separação no universo escolar. Esses entendimentos, construídos através de alguns referenciais e, principalmente, de um “olhar” de professores/as-pesquisadores/as cotidianamente presentes no universo escolar, foram “peças” importantes para lidar com a seguinte problematização: como se constitui e se efetiva a separação de meninos e meninas atualmente nas aulas de educação física na escola?

## VESTÍGIOS DA SEPARAÇÃO NO COTIDIANO ESCOLAR

A nossa experiência profissional com a docência em educação física, tanto no âmbito da educação básica quanto no ensino superior, de forma articulada com as informações sobre distintas formas de separação - oriundas de uma pesquisa maior citada na introdução deste artigo - permitem que possamos apresentar alguns “vestígios” de como a separação “ganha vida” nas escolas atualmente. Nessa linha argumentativa, trabalhamos com a idéia de que a separação não se dá de uma única forma e o exercício de separar meninos e meninas é plural na Educação Física escolar.

A partir do critério de organização das turmas pelo aparato escolar, observamos que existem *duas modalidades*<sup>8</sup> de separação. A primeira delas pode ser considerada, talvez, como *extra-oficial*, a partir dos “olhos” da estrutura escolar, pois se estabelece no interior das aulas de educação física. Nesses casos, as turmas constam oficialmente como mistas, mas são separadas durante o trabalho desta disciplina. Aqui, identificamos alguns modos de separação utilizados nas aulas que corroboram com as considerações apontadas por Cátia Pereira Duarte e Ludmila Mourão (2007). No estudo sobre as representações de estudantes – meninas - acerca dos critérios utilizados para participação das meninas nas aulas mistas, as autoras concluem que, “[...] quando a escola possuía mais de um espaço destinado às aulas de educação física, os meninos ficavam em um espaço e as meninas em outro. E quando só existia um espaço para as aulas, o tempo da aula era dividido [...]” (p.52).

Desdobrando essa citação, apresentamos algumas observações como exemplos para multiplicar os entendimentos sobre as formas de separação entre meninos e meninas nas aulas de educação física na escola. Com relação ainda à separação *extra-oficial*, pois se estabelece no interior das aulas da disciplina, observamos uma forma de separação em que o/a professor/a tem uma turma mista, mas a sua ação pedagógica é desenvolvida de forma separada. Em geral, os conteúdos (não necessariamente), materiais pedagógicos e espaços utilizados para aprendizagem de meninos e meninas são diferentes. Um exemplo desse

---

<sup>8</sup> Esta enumeração de formas de separação entre meninos e meninas nas aulas de educação física não tem o intuito de esgotar todas as possibilidades ou excluir outras formas.

modelo é o seguinte: uma quadra, como área pedagógica, é reservada para os meninos aprenderem/jogarem futebol, e outra para as meninas aprenderem/jogarem vôlei.

Outra forma de separação utilizada nas aulas com turmas mistas ocorre quando o/a professor/a trabalha com os dois grupos (meninos e meninas) de forma separada, dividindo temporalmente a aula de educação física. Para exemplificar, o/a professor/a divide a aula em dois momentos. Num primeiro momento, as meninas realizam as atividades orientadas pelo/a professor/a, enquanto os meninos estão sentados na beira da quadra, na arquibancada ou em pé assistindo a atividade. Depois de transcorrer metade do tempo de aula, é a vez de os meninos entrarem na quadra para realizarem a proposta do/a professor/a. Entretanto, esse formato de separação não está apoiado, necessariamente, na mesma proposta de atividades para ambos os grupos. No caso citado, as meninas entram na quadra para pular corda, e os meninos, para jogar futebol.

Numa análise estritamente baseada na legislação vigente e nas orientações pedagógicas, dá para dizer que esta estrutura de aula não atende as exigências mínimas de carga horária estabelecida pelos sistemas de ensino municipais, estaduais ou federais para o componente curricular obrigatório educação física, algo que traz prejuízos quanto ao conhecimento a ser desenvolvido e as possibilidades de experimentação corporal para os/as estudantes.

Uma segunda *modalidade* de separação é aquela oficialmente constituída e conformada pelo aparato escolar, visto que, nesse caso, é necessário que a escola contribua na criação de uma estrutura que possibilite a distribuição de meninos e meninas em turmas separadas especificamente para as aulas de educação física. Aqui, uma das formas de separação configura-se quando duas turmas são divididas em meninos e meninas. Somam-se os meninos de uma turma com os meninos da outra turma; e faz-se o mesmo com as meninas. As duas turmas mistas (nos momentos de atividades em sala de aula) são transformadas em uma turma inteira de meninos e uma turma inteira de meninas, especificamente, nas aulas de educação física.

Essas “novas turmas” de meninos e de meninas têm professores/as de educação física diferentes, entretanto, o horário das aulas da disciplina para as duas turmas mistas iniciais tem que ser o mesmo, pois, de um lado, trabalha um/uma professora/a com a “nova turma” dos meninos; de outro, trabalha outro/outra professor/a com a “nova turma” das meninas. Além disso, em algumas escolas, há a elaboração de um caderno de chamada somente com os meninos e outro com as meninas das duas turmas de origem dos/as alunos/as. Desse modo, parece-nos que se configura uma “nova turma” tanto para o trabalho na educação física quanto para o aparato escolar. Isso porque a escola se organiza de forma que os/as dois/duas<sup>9</sup> professores/as de educação física estejam presentes no conselho de classe da turma “inicial” para que o processo de avaliação da turma nesta disciplina não fique comprometido.

Enfim, com a descrição de algumas modalidades de separação entre meninos e meninas nas aulas de educação física, apenas buscamos situar leitores e leitoras sobre as possibilidades (e não as esgotamos) de organização dessa prática na escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aulas mistas ou aulas separadas? Certamente o/a leitor/a não encontrará neste texto uma resposta que indique, a priori, como meninos e meninas devem ser distribuídos nas aulas de educação física. Diferentemente de algumas produções sobre este tema, que procuram indicar a melhor solução para este “dilema”, nos apoiamos numa perspectiva

---

<sup>9</sup> Um/a professor/a da turma de meninos e outro/a da turma de meninas.



teórica não centrada na lógica do “ou um ou outro” e sim centrada na lógica do “um e outro”. Tal como aponta Guacira Louro, este modo de enfrentar o problema é potencialmente produtivo, pois “algo pode ser, ao mesmo tempo, isso e aquilo” (Louro, 2004a, p. 3).

Desta forma, priorizamos conduzir o leitor a se defrontar com a recorrência da prática da separação entre meninos e meninas no contexto da educação física escolar. Para isso, trabalhamos com um movimento contraditório: ao mesmo tempo em que damos visibilidade ao tema da separação entre meninos e meninas na produção teórica e na prática docente cotidiana, de forma contraditória apontamos a ausência de referências sobre o tema na legislação educacional brasileira contemporânea.

Ao olhar para esta produção nos deparamos com análises que incorporam o conceito de gênero e o utilizam para problematizar as potencialidades do trabalho misto ou separado na educação física escolar. Alguns destes estudos esboçam considerações sobre as aulas separadas configurando-as como “diminuídas” de relações generificadas. Nessa linha argumentativa as aulas mistas favoreceriam a proliferação de discussões sobre gênero pelo simples fato de meninos e meninas “habitarem” o mesmo ambiente. Esta forma simplista de pensar despreza as aulas separadas como uma interessante estratégia de visibilização da multiplicidade de modos de viver as masculinidades e feminilidades. Por isso cabe perguntar: será que, efetivamente, as turmas mistas em si garantem uma proposta pedagógica voltada à problematização das diferenças de gênero?

Nesse “tom” de análise, não objetivamos criar uma nova oposição ou apresentar a fórmula correta, coerente e verdadeira de trabalhar com corpo e gênero na escola, nem criar um novo formato que ofereça “a” melhor proposta de ensinar meninos e meninas. Ao finalizar este texto, julgamos interessante instigar outras perguntas sobre como se dá a separação no espaço da educação física escolar atualmente. É exercitar o olhar, suspeitar, duvidar de práticas comuns ao cotidiano desta disciplina na escola sem definir o formato misto ou separado como mais ou menos adequado. Tratamos, portanto, de provocar o estranhamento de práticas que se incorporam e se constituem como naturalizadas na educação física escolar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Neíse Gaudêncio. Meninos para cá, meninas para lá. Rio de Janeiro: UGF, 1990. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_. Meninos pra cá, meninas pra lá? In: Votre, Sebastião (org.). Ensino e Avaliação em Educação Física. São Paulo: IBRASA, 1993.

\_\_\_\_\_. Análise das percepções de docentes e discentes sobre turmas mistas e separadas por sexo nas aulas de Educação Física escolar. In: Romero, Elaine (org.). Corpo, Mulher e Sociedade. Campinas: Papirus, 1995.

ALTMANN, Helena. Rompendo Fronteiras de Gênero: Marias (e) homens da Educação Física. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

AUAD, Daniela. Relações de Gênero nas práticas escolares: da escola mista ao ideal de co-educação. São Paulo: USP, 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.394 – 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 12 set. 2007.

AZEVEDO, Fernando de. Da educação física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser; Antinóus: a evolução do esporte no Brasil. 3.ed.rev. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

BRASIL. Decreto nº 69.450 – 1 de novembro de 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D69450.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D69450.htm). Acesso em: 17 abr. 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª à 4ª série): Educação Física/ Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª à 8ª série): Educação Física/ Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998a.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/ Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998b.

COSTA, Maria Regina Ferreira; SILVA, Rogério Goulart. A Educação Física e a Co-educação: igualdade ou diferença? In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v.23, n.2, p.43-54, jan. 2002.

CUNHA JUNIOR, Carlos. História da Educação Física e masculinidade: uma análise dos Jogos Gymnásticos Privativos do Sexo Masculino. In: FERREIRA NETO, Amarílio (org.). Pesquisa Histórica na Educação Física. Volume 5. Vitória: UFES, 2001.

DORNELLES, Priscila Gomes. Distintos destinos? A separação entre meninos e meninas na educação física escolar na perspectiva de gênero. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) - PPGEd, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DUARTE, Cátia Pereira. O discurso de escolares adolescentes femininas sobre os critérios de seleção utilizados para a participação em aulas mistas de Educação Física. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2003. 176f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2003.

DUARTE, Cátia Pereira; MOURÃO, Ludmila. Representações de adolescentes femininas sobre os critérios de seleção utilizados para participação em aulas mistas de educação física. In: Movimento, vol. 13, n. 1, p. 37-56, jan./abr. 2007.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. 14.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GOELLNER, Silvana V.; FRAGA, Alex B. O espetáculo do corpo: mulheres e exercitação física no início do século XX. In: CARVALHO, Marie J. S.; ROCHA, Cristianne, M. F. Produzindo Gênero. Porto Alegre: Sulina, 2004, p.161-171.

GOMES, Paula Botelho; Silva, Paula; Queirós, Paula. Equidade na Educação Física e Desporto na Escola. Porto: Associação Portuguesa a Mulher e o Desporto, 2000. 72p.

LOURO, Guacira L. Conhecer, pesquisar, escrever... In: V ANPEd Sul – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Curitiba/PR, 2004a, Curitiba. Anais. Curitiba: ANPEd Sul, 2004a.

\_\_\_\_\_. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2004b.

LOUZADA, Mauro. Aulas mistas e separadas por sexo em uma escola da rede estadual do Rio de Janeiro. In: XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e I Congresso Internacional de Ciências do Esporte, Anais. Porto Alegre: CBCE, 2005.

\_\_\_\_\_. Representações de professores acerca da distribuição dos alunos por sexo nas aulas de Educação Física. Rio de Janeiro: UGF, 2006. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2006.

MEYER, Dagmar E. E. Gênero e educação: teoria e política. In: GOELLNER, Silvana V.; NECKEL, Jane; LOURO, Guacira L. (orgs.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003, p.9-27.

OLIVEIRA, Greice Kelly de. Aulas de Educação Física para turmas mistas ou separadas por sexo? Uma análise comparativa de aspectos motores e sociais. Campinas: UNICAMP, 1996. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

PEREIRA, Sissi Aparecida Martins. O sexismo nas aulas de Educação Física: uma análise dos desenhos infantis e dos estereótipos de gênero nos jogos e brincadeiras. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2004. 182f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2004.

SARAIVA, Maria do Carmo. Co-educação Física e Esportes: quando a diferença é mito. 2.ed. Ijuí, Ed. Unijuí, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação & Realidade, v.20, n.2, p.71-100, jul./dez., 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de. Ensino da educação física escolar para turmas mistas: muito difícil! Difícil demais!?! In: Dois Pontos: teoria & prática em educação. Vol. 4, n. 31, p.78-82, mar./abr., 1997.

